

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: Bolsistas de Iniciação Científica e Iniciação Tecnológica da Unijui

**EXTREMOS OPOSTOS NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL BRASILEIRO:
UMA PROPOSTA INTERVENTIVA¹
EXTREMES OPPOSED IN BRAZILIAN SOCIAL DEVELOPMENT: AN
INTERVENTIONAL PROPOSAL**

**Schirley Kamile Paplowski², Anna Paula Bagetti Zeifert³, Vitória
Agnoletto⁴**

¹ Projeto de iniciação científica realizado no curso de graduação em Direito da UNIJUI.

² Aluna do curso de graduação em Direito da UNIJUI, bolsista PIBIC/CNPq;
schirleykamile@hotmail.com.

³ Professora Doutora do Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais, Orientadora;
anna.paula@unijui.edu.br.

⁴ Acadêmica do curso de graduação em Direito da UNIJUI; Voluntária em Pesquisa;
viagnoletto@yahoo.com.br.

INTRODUÇÃO

A desigualdade social no Estado brasileiro, assim compreendida pelo retrato de polos extremos em condições econômicas e no exercício de direitos e garantias fundamentais, é realidade que afeta parcela considerável de sua população, uma vez que 44,4 milhões de pessoas integram o grupo de 50% com menor renda, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (VENTURINI, 2018), cujo percebimento mensal no ano de 2016 foi a média de setecentos e quarenta e sete reais.

Em contrapartida, 889 mil pessoas que integram o 1% mais rico obtiveram rendimento médio de vinte e sete mil reais. Isso revela um dos segmentos aos impasses de desenvolvimento social. Múltiplas causas interferem na elevada exclusão e pobreza verificadas no plano nacional, com influência ainda presente de práticas históricas, dentre elas a do colonialismo, e a persistente má distribuição da riqueza, que reproduzem consequências estruturais e demandam ações planejadas e continuadas. A proposta deste estudo consiste em demonstrar como passado e presente se entrecruzam na história da “Terra Brasilis”, bem como propor alternativas de redução das desigualdades, isso através do acesso aos direitos básicos, tendo como escopo a perspectiva da ética do cuidado.

METODOLOGIA

Quanto aos objetivos gerais, a pesquisa será do tipo exploratória. Utiliza no seu delineamento a coleta de dados em fontes bibliográficas disponíveis em meios físicos e na rede de computadores. Na sua realização será utilizado o método de abordagem hipotético-dedutivo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: Bolsistas de Iniciação Científica e Iniciação Tecnológica da Unijui

O arquétipo do sujeito brasileiro talvez seja um dos mais plurais do globo, resultado de fusões étnicas e culturais que ocorreram neste território desde o seu “descobrimento”, a partir dos anos 1500. Ao adentrar em um espaço desconhecido e não experimentado pelos interesses europeus, as terras tupiniquins, dadas as riquezas naturais que esbanjava, logo se tornou projeto de conquista, mas também de genocídio.

A imposição de uma nova forma de viver (e também de morrer) desmistifica a falsa ideia de que o encontro entre nativos e estrangeiros foi pacífico. A partir daí as mais truculentas práticas se produziram pelo denominado “homem branco”, a pretexto de colonizar o território. Sucederam-se, além da morte de povos e da tentativa de extinguir seus costumes, a inserção compulsória de negros africanos e a escravidão. Diversidade cultural e mestiçagem expressam, assim, um passado marcado por violência e dor, paralelamente a projetos ambiciosos pela conquista de poder.

Iniciava-se o exercício de políticas autoritárias sobre o território ocupado e seus nativos, bem como a exploração de recursos, objetivando a expansão econômica do país europeu colonizador. Instalada estava a colonização, que “[...] denota uma relação na qual a soberania de um povo reside no poder de outro povo, ou nação.” (COLAÇO; DAMÁZIO, 2010, p. 86). Efeitos desastrosos dessa política ainda são observados na contemporaneidade brasileira, que alçada à forma de governo republicana, elegeu como um de seus objetivos fundamentais erradicar a pobreza e a marginalização, além de reduzir as desigualdades sociais e regionais. São, pois, dois fortes indicativos de que o cenário carrega consigo fenômenos sociais complexos, boa parte “enraizados” na cultura brasileira e de certo modo naturalizados pelas práticas pretéritas.

O Brasil, hoje, além de albergar tantas cores sociais, as combina em distintas temporalidades. Isso é: em um mesmo espaço convivem culturas, etnias e histórias diversas, assim como a aparência de que retratam períodos distintos de desenvolvimento. Implica dizer que tais circunstâncias modificam o exercício de direitos fundamentais e altera a percepção de vida digna de determinados grupos, afetados pela marginalização crônica de que foram alvos. O registro histórico de Claude Lévi-Strauss, através da fotografia “Rua da Liberdade” em São Paulo, ano de 1937, já traduzia as diferentes perspectivas de modernidade existentes na população brasileira. A respeito, Lilia Schwarcz e Heloisa Starling (2015, p. 133) explicam que: “O Brasil é um país de ambiguidades em que o arcaico se prolonga no moderno: é avançado e retrógrado, urbano e rural, rico e pobre; contempla conflito e brandura, casa-grande e senzala.” Nessa mesma direção, as autoras comentam as observações do “etnólogo francês Claude Lévi-Strauss, que aqui esteve de 1935 a 1939, captou nesta foto a tensão entre extremos. O bonde lotado de senhores de terno convive com o gado que lentamente anda pela rua apressada da cidade, numa combinação de temporalidades e diferentes perspectivas de modernidade.”

Vê-se, portanto, que a diferença e seus impactos negativos acompanham considerável parcela da história brasileira, em que duas faces da moeda se contrapõem em riquezas, possibilidades e até mesmo necessidades, moldadas a partir da concentração de poder e de recursos econômicos. As desigualdades sociais são nítidas em aspectos mundiais e se agravam no âmbito nacional, tendo

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: Bolsistas de Iniciação Científica e Iniciação Tecnológica da Unijuí

como uma de suas causas justamente o estabelecimento do colonialismo (do mesmo modo nos demais países latino-americanos), com a expansão do sistema capitalista de forma particular. Isso porque, diferentemente do chamado capitalismo desenvolvido, o que aqui se verifica é uma espécie de “capitalismo periférico”, caracterizado pela elevada concentração de riqueza e de renda em “poucas mãos”, formando um grande contingente populacional em estado de desclassificação social, como leciona Moura (2010). A desproporção é tamanha que se verifica um verdadeiro abismo: “em 2016, o ganho médio de uma pessoa que integra o bloco do 1% mais rico da população era equivalente a 36 vezes do ganho de uma pessoa que integra o grupo da metade mais pobre do país.” (VENTURINI, 2018).

A persistência de mazelas sociais, como exclusão e desigualdades, tem relação intrínseca com o desenvolvimento das sociedades de capitalismo periférico, como explica Moura (2010, p. 70) através da proposta explicativa de Jessé Souza, cujas sociedades compartilham da singularidade “[...] que é a formação histórica de um grande contingente populacional composto por marginalizados ou ‘desclassificados sociais’, pessoas desvinculadas dos processos econômicos, sociais e políticos básicos da sociedade.” Dados do relatório “A distância que nos une”, elaborado pela Oxfam Brasil (2018, p. 6), anunciam que uma pequena parcela da população detém riqueza proporcional ao patrimônio de cerca de 100 milhões de brasileiros: “Apenas seis pessoas possuem riqueza equivalente ao patrimônio dos 100 milhões de brasileiros mais pobres. E mais: os 5% mais ricos detêm a mesma fatia de renda que os demais 95%.”

Tais disparidades polarizam o Brasil em ricos e pobres, fazendo deste país negativo protagonista em níveis extremos de desigualdades. Tais retratos, todavia, não podem ser admitidos como inevitáveis, vez que a perpetuação atende a interesses específicos, atinentes a determinada classe: aos integrantes da “fatia” mais rica da população. “A desigualdade e a pobreza não são inevitáveis. São, antes de mais nada, produtos de escolhas políticas injustas que refletem a desigual distribuição de poder nas sociedades.” (OXFAM BRASIL, 2018, p. 11). A partir dessas informações e do compartilhamento de saber, pode-se questionar: como enfrentar essa realidade e modificá-la?

Na linha do sumariamente abordado, a desigualdade social se trata de um fenômeno complexo, com envolvimento direto em questões históricas e culturais. Pela profundidade que lhes é inerente, a modificação das mazelas sociais e tentativas de equilíbrio econômico exigem a compreensão de que o processo não é apenas pessoal, mas também estrutural. Ou seja, afeta grupos específicos e envolve grandes alicerces sociais. A escolarização, exemplificativamente, possibilita a aquisição de conhecimento e melhores possibilidades de inserção social. Contudo, políticas públicas nesse aspecto precisam estar acompanhadas de um “conjunto básico”, como exemplo as que dizem respeito à própria alimentação. Nesse sentir, “o problema consiste em enxergar apenas tais ações como necessárias, sem compreender os processos mais amplos que envolvem a inserção no mundo escolar e no mundo do trabalho.” (MOURA, 2010, p. 83).

Dessa maneira, o processo de inclusão e de transformação social é longo e precisará perpassar

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: Bolsistas de Iniciação Científica e Iniciação Tecnológica da Unijui

por gerações (as quais não são sabidamente precisadas neste estudo), cujas medidas para enfrentamento necessitam de fomento, continuidade duradoura (até que se mostrem pertinentes) e de um conjunto pensado para perspectivas individuais e sociais.

Na esfera individual, trazemos de forma sugestiva uma proposta, com enfoque especial para a chamada “ética do cuidado”, a qual consiste em teoria e também forma de ser, fundada no respeito e na valorização humana. Nesse sentir, aproveitando o direito fundamental à educação, antes abordado, acreditamos que o seu fornecimento estatal pode ser muito mais eficiente na existência digna e redução de extremismos se amparado nos seguintes objetivos: a) enfoque para a prestação dos direitos fundamentais ao maior número de pessoas, em prol da universalidade; e b) atendimento, informação e prestação de direitos básicos inerentes às necessidades humanas fundamentais, de forma individualizada, a núcleos identificados como vulneráveis (isso em caráter itinerante), pautado pela dignidade e valorização dos sujeitos. A respeito da ética do cuidado, que se apresenta como humanização das questões sociais aqui teladas, Tânia Aparecida Kuhnen (2014, p. 6) leciona:

A perspectiva do cuidado, por meio da valorização de sentimentos morais, como empatia, altruísmo e reconhecimento da conexão com o outro, contribui, assim, para superar a indiferença que pode estar presente na perspectiva da justiça, baseada essencialmente na autonomia, individualização e separação.

Trata-se, pois, de potencial instrumento de transformação social, aqui abordado como teoria das ciências filosóficas capaz de solucionar óbices das ciências sociais, tão persistentes e gritantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Longe de encerrar a discussão que recai sobre o tema, indubitável é a persistência da má distribuição de renda e de riqueza no país. Para a organização não governamental OXFAM (2018), o estabelecimento de políticas tributárias justas, avanços na qualidade dos serviços públicos, distribuição da propriedade sobre a terra e inclusão dos indivíduos no espaço educacional, especialmente jovens negros, são persistentes desafios encontrados, mas de suma importância para evitar a continuidade da extrema vulnerabilidade social que afeta pessoas e famílias. Como afirmou a diretora-executiva da organização no Brasil, Kátia Maia, “não existe solução mágica para o problema da desigualdade. A solução está num conjunto de ações” (CHARLEAUX, 2018). Ao lado do já discutido por organismos sociais, buscou-se trazer uma proposta inovadora, que se vincula a uma teoria ética, para a cooperação e a solidariedade no enfrentamento das disparidades sociais. Consiste, pois, em timidamente suggestionar medidas, levando em consideração que uma democracia saudável depende de sociedades igualitárias.

Palavras-chave: Desigualdades sociais; Colonialismo; Justiça; Ética do cuidado.

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: Bolsistas de Iniciação Científica e Iniciação Tecnológica da Unijuí

Keywords: *Social differences; Colonialism; Justice; Ethics of care.*

AGRADECIMENTOS

Ao CNPq e à UNIJUI, agência financiadora e instituição apoiadora da pesquisa.

REFERÊNCIAS

COLAÇO, Thais Luzia; DAMÁZIO, Eloise da Silveira Petter. Um diálogo entre o Pensamento Descolonial e a Antropologia Jurídica: elementos para o resgate dos saberes jurídicos subalternizados. **Revista Seqüência:** Estudos Jurídicos e Políticos, Florianópolis, p. 85-110, fev. 2011.

CHARLEAUX, João Paulo. **O que faz a desigualdade ser tão persistente no Brasil.** Publicado em: 25 set. 2017. Nexo Jornal. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/09/25/O-que-faz-a-desigualdade-ser-t%C3%A3o-persistente-no-Brasil>>. Acesso em: 07 jun. 2018.

KUHNEN, Tânia Aparecida. A ética do cuidado como teoria feminista. In: III Simpósio Gênero e Políticas Públicas, 2014, Londrina. **Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas.** Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2014. v. 1. p. 1-9.

MOURA, Cleyton Domingues de. Subcidadania, desigualdade e desenvolvimento social no Brasil do século XXI. **Revista Planejamento e Políticas Públicas,** Brasília, n. 34, p. 67-86, jan./jun. 2010.

OXFAM BRASIL. **A distância que nos une:** um retrato das desigualdades brasileiras. Brasil: Brief Comunicação. Publicado em: 25 set. 2017. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/a-distancia-que-nos-une>>. Acesso em: 07 jun. 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil:** uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

VENTURINI, Lilian. **Como está a desigualdade de renda no Brasil, segundo o IBGE.** Publicado em: 30 nov. 2017. Nexo Jornal. Disponível em: . Acesso em: 07 jun. 2018